

Pandemia e Ensino Virtual: Avaliação e monitoramento das atividades não presenciais ofertadas pelas escolas do SIMEN de Alta Floresta – MT.

Mônica Gonzaga Marques Benetti¹

Vinícius Augusto Morais²

Anna Paulla Artero Vilela³

Janice Vindilino Roelis⁴

RESUMO

Este trabalho apresenta a avaliação feita pelo Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta/Mato Grosso, das atividades não presenciais e on-line ofertadas pelas escolas do Sistema Municipal de Ensino de Alta Floresta – Mato Grosso, durante o período de Pandemia, pelo papel que desempenha enquanto órgão colegiado e de caráter deliberativo, normativo, consultivo, propositor, mobilizador e de acompanhamento e controle social. No exercício de suas atribuições propõe que a educação seja direito de todos e, visando garantir o acesso e a permanência à educação de qualidade, instituiu Comissão Especial para acompanhamento das atividades não presenciais que estão sendo ofertadas nas Escolas Públicas Municipais e na Educação Infantil das Escolas Privadas com base na Resolução nº 25/2020/Conselho Municipal de Educação/Alta Floresta, com o objetivo de saber a opinião de Pais e profissionais das escolas sobre o acesso e a realização das atividades e assim contribuir na melhoria das proposições às instituições de ensino.

PALAVRAS-CHAVES: Conselho Municipal de Educação. Pandemia. Ensino online. Sistema Municipal de Ensino de Alta Floresta..

1 Especialista em Biologia (UFLA). Especialista em Gestão Escolar (UFMT). Alta Floresta, Mato Grosso, Brasil. E-mail: monicamarques5@yahoo.com.br

2 Doutor em Engenharia Florestal(UFLA). Alta Floresta, Mato Grosso, Brasil. E-mail: viniciusmorais@unemat.br

3 Mestra em Geografia (FCT-UNESP). Alta Floresta, Mato Grosso, Brasil. E-mail annapaullarterovilela@gmail.com

4 Janice Vindilino Roelis. Mestra em Linguística(CEPEL-UNEMAT). Alta Floresta, Mato Grosso, Brasil

1 INTRODUÇÃO

Não sendo diferente de outros Sistemas, a rede municipal de ensino e as escolas privadas de Educação Infantil de Alta Floresta, tiveram suas atividades paralisadas diante da Pandemia da COVID-19, deixando bilhões de estudantes fora de sala de aula em todo mundo. Esta circunstância levou os órgãos gestores e de normatização da educação a redirecionar a educação brasileira, neste sentido diferentes metodologias de ensino, não presencial estão sendo testadas e adaptadas em diferentes localidades, cabendo a cada Sistema de Ensino, regulamentar e acompanhar a proposta local.

Neste sentido, o CME/AF⁵ instituiu Comissão composta de professores, conselheiros e representante da Secretaria Municipal de Educação que elaborou a Resolução Normativa nº 025 de 2020, regulamentando as atividades não presenciais no SISMEN/AF. Estas, por suas peculiaridades não custou a apresentarem implicações de diversas naturezas, levando o CME/AF a discutir, junto aos conselheiros, a necessidade de acompanhamento e monitoramento constante das escolas do Sistema Municipal de Ensino. Neste sentido, optou-se por, inicialmente, criar um mecanismo de monitoramento, ouvindo pais e profissionais das escolas.

A pesquisa se deu a partir de aplicação de questionários, destinados aos envolvidos no processo, com o objetivo de conhecer suas opiniões a respeito do acesso, a realização e a qualidade das atividades não presenciais, a fim de avaliar e, se necessário, reconduzir o processo com vistas ao alcance de resultados satisfatórios, tendo em vista a Portaria nº094/2020 da Secretaria Municipal de Educação que Estabelece orientações atinentes às essas atividades nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Alta Floresta/MT.

A pesquisa foi elaborada, utilizando o aplicativo de gerenciamento de pesquisas por uma ferramenta digital (formulário GoogleForms) que foi enviada às escolas, por E-mail e pelo aplicativo de Whatsapp, disponibilizado ao público alvo por um período de 10 dias.

Objetivou-se com essa pesquisa, levantar e analisar a opinião de Pais e profissionais das escolas sobre o acesso e a realização de atividades on-line e assim contribuir na melhoria das proposições às instituições de ensino.

5 Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta-MT.

2. A LEGISLAÇÃO E SEUS ENCAMINHAMENTOS

As medidas de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública pela Pandemia da COVID-19 levaram a UNCME⁶ Nacional a estabelecer orientações gerais e critérios para diferentes ações durante a suspensão das aulas presenciais nas escolas. O CNE⁷ elaborou o Parecer 005/2020 com as devidas orientações para realização de atividades pedagógicas não presenciais e reorganização dos calendários escolares e, a Medida Provisória 934/2020 que estabeleceu normas excepcionais para o cumprimento do ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior, que passou a permitir a flexibilização dos 200 dias letivos, mas sem que perdesse de vista a obrigatoriedade do cumprimento das 800 horas letivas anuais.

Assim e, à luz destas orientações, o CME/AF elaborou a Resolução nº 025/2020 que dispõe sobre as normas que seriam adotadas pelo Sistema Municipal de Ensino de Alta Floresta - MT, enquanto perdurar as orientações sanitárias sobre a situação de Pandemia e reorganização do calendário escolar.

As Instituições do Sistema Municipal de Ensino de Alta Floresta – MT, a critério de suas Mantenedoras, de forma excepcional, por conta da pandemia do COVID-19, ficam autorizadas a reorganizarem seus calendários escolares, durante esse período de isolamento social, podendo propor, para além da reposição de aulas de forma presencial, a mediação didático-pedagógica à distância nos processos de ensino e aprendizagem com a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para desenvolver atividades educativas remotas extraescolares para os estudantes devidamente matriculados. (Res. nº 025/2020/CME/AF, Art. 3º).

Porém, este conjunto de legislação não foi suficiente para sanar os problemas de ordens práticas enfrentados nas unidades escolares, sendo eles os mais diferentes possíveis.

Desde as primeiras medidas de suspensão das aulas presenciais em milhares de escolas públicas e privadas por todo o Brasil, buscam-se preservar os vínculos dos

6 União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

7 Conselho Nacional de Educação.

estudantes e suas famílias com a escola, assim como mantê-los intelectualmente ativos mesmo longe das salas de aula. A realidade que então se descortinou expôs de forma contundente profundas desigualdades, dentre elas, a falta de experiência das escolas para lidar com as tecnologias de informação e comunicação (as chamadas TICs), a inexistência de recursos tecnológicos para que milhões de alunos pudessem continuar a estudar, a necessidade de maior capacitação e apoio para que os professores possam ensinar apoiar e orientar os estudos a distância. (Texto do Guia UNCME).

Com base nestas circunstâncias, foi formada uma Comissão Especial, composta por conselheiros que, coordenados pela presidência do CME/AF, elaboraram dois questionários, contendo em cada um, dez questões que em seguida foram disponibilizados ao público alvo. Foram aplicados 1.765 questionários aos pais de alunas (os), dos quais 1.599 foram respondidos pelos pais de alunas (os) de escolas municipais e 163 de escolas privadas.

Ao fim, quando os questionários foram fechados a comissão se reuniu para leitura e análise dos dados ilustrados nos gráficos que seguem:

Figura 1. Gráfico sobre a modalidade de ensino

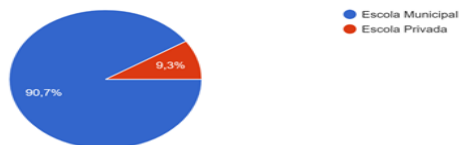
1. ASSINALE EM QUAL ETAPA SEU FILHO ESTUDA:
1.765 respostas



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Figura 2. Gráfico sobre a rede ensino

2. QUAL A REDE DE ENSINO?
1.762 respostas

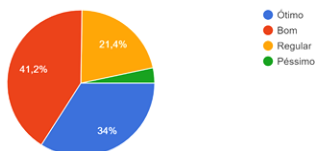


Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Dos pais que responderam as questões 1 e 2 somaram (Figura 1 e 2) 23.6% com filhas (os) matriculadas (os) na Educação Infantil/Creche (0 a 3 anos); 31.8% são pais de crianças matriculadas na Pré-Escola (4 a 5 anos); 26.6% Ensino Fundamental, anos iniciais (1º ao 5º); 16.3% Ensino Fundamental, anos finais (6º ao 9º) e 1.7% a Educação Especial e ou Sala de Recursos, estando 90,7% dos alunos nas escolas públicas e 9,3% em escolas privadas.

Figura 3. Gráfico sobre a avaliação das aulas remotas durante a suspensão de aulas

3. Considerando a suspensão das aulas presenciais e a implantação das aulas remotas e atividades impressas, como o(a) Senhor(a) avalia esta ação?
1.765 respostas



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Figura 4. Gráfico sobre a forma de recebimento das atividades não presenciais

4. Como o (a) Senhor (a) está recebendo as atividades não presenciais?
1.764 respostas

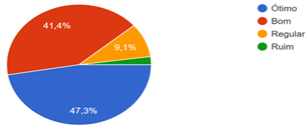


Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Considerando a qualidade da implantação de aulas remotas e atividades impressas (Figura 3), 34% das respostas foram avaliadas como ótimo 41.2% como bom; já 21.4% consideraram como regular e 3.5% como péssimo. Maioria, 86.3% retiram os materiais na unidade escolar; 10.5% recebem via whatsapp e 3.2% via internet (Figura 4).

Figura 5. Gráfico sobre a avaliação referente ao suporte da escola das atividades pedagógicas

5. Como o (a) Senhor (a) avalia o suporte dado pelos professores, coordenação pedagógica das dúvidas das atividades pedagógicas online e pelo Whatsapp?
1.765 respostas



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Figura 6. Gráfico sobre a devolutiva das atividades dentro dos prazos estipulados

6. Após a realização das atividades pelo seu filho, a família tem realizado a devolução à escola dentro dos prazos estipulados?
1.765 respostas

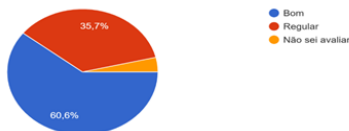


Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Quanto ao suporte dado pelos professores e pela coordenação pedagógica, em relação às dúvidas das atividades on-line e pelo whatsapp (Figura 5), 88,7% avaliaram como ótimo/bom; 9,1% regular e 2,2% ruim. Após a finalização das atividades 83,5% disseram devolver à escola dentro do prazo estabelecido; 4,8% não devolvem dentro do prazo e 11,7% disseram que, às vezes devolvem dentro do prazo (Figura 6).

Figura 7. Gráfico sobre o interesse dos alunos na realização das atividades

7. Como o (a) senhor (a) avalia o aprendizado e o interesse do seu filho na realização das atividades?
1.765 respostas

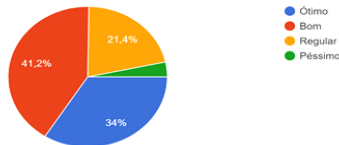


Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Avaliaram o aprendizado das (os) filhas (os) como bom 60.6% dos pais; 35.7% como regular e 3.7% não souberam avaliar (Figura 7). Nesse sentido, 58.8% disseram não ter dificuldades para a realização das atividades não presenciais (Figura 8).

Figura 8. Gráfico sobre as principais dificuldades encontradas pela família durante a pandemia

3. Considerando a suspensão das aulas presenciais e a implantação das aulas remotas e atividades impressas, como o(a) Senhor(a) avalia esta ação?
1.765 respostas

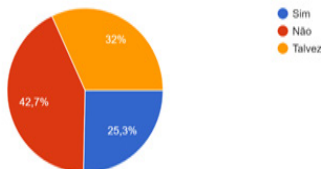


Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Os pais, 58.8% deles disseram que não têm dificuldades de realizar as atividades em casa; 30.4% apresentam dificuldades e 6.8% disseram não ter acesso à internet.

Figura 9. Gráfico sobre a hipótese de um retorno as aulas

9. Considerando que as aulas retornassem no segundo semestre de 2020, e que a escola tomaria as medidas de higienização e prevenção de acordo ...saúde, o senhor enviaria seu filho para a escola?
1.765 respostas



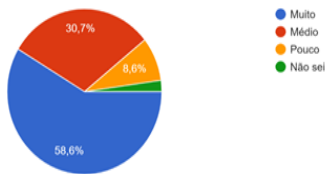
Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Em relação à volta das aulas presenciais, a maioria dos pais ainda não se sentem seguros para enviar seus filhos (as) à escola, caso as aulas retornassem no segundo semestre de 2020, ou seja, 42.7%; 25.3% enviariam suas (os) filhas (os) e 32% responderam que talvez (Figura 9).

A última questão e, conforme o gráfico abaixo mostra 58.6% dos pais tem muito medo em relação ao contágio da Covid-19; 30.7% em medo médio; 8.6% pouco e 2.3% não sabem.

Figura 10. Gráfico sobre o medo em relação ao Covid-19

10. Como o senhor (a) pode mensurar o seu medo com relação ao Covid -19?
1.765 respostas



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Diante da análise dos dados obtidos percebeu-se que os pais consideram as aulas e as atividades não presenciais como sendo positivas e que ainda não é o momento para as escolas reabrirem suas portas (Figura 10).

2.1 DA PESQUISA REALIZADA COM OS PROFISSIONAIS DAS ESCOLAS

Foram respondidos 369 (trezentos e sessenta e nove) questionários pelos Profissionais das escolas com os seguintes resultados (Figuras 11, 12 e 13):

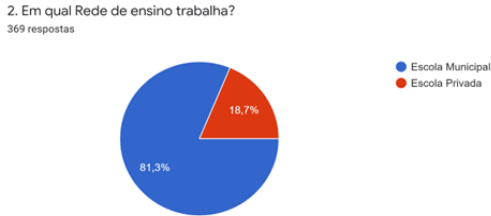
Figura 11. Gráfico sobre a função que desempenha na unidade escolar

1. Qual função você desempenha na Escola que trabalha?
369 respostas



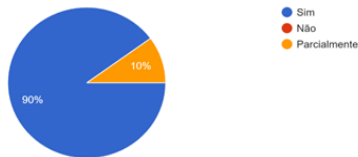
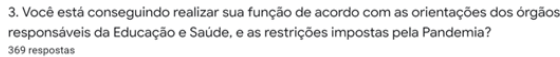
Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Figura 12. Gráfico sobre a rede de ensino em que trabalha



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Figura 13. Gráfico sobre o desenvolvimento das funções durante a pandemia



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

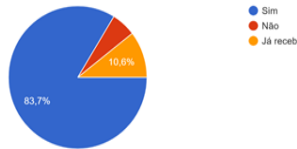
A maioria dos respondentes foram Professores 51.8%, seguidos por TDEIs⁸, 29% e 9.5% são parte da gestão das escolas. Os profissionais da rede pública somaram 81.3%, também representando a realidade do município, 90% afirmaram que estão conseguindo realizar suas funções de acordo com as medidas propostas pelos órgãos de Educação e Saúde e não houve respostas negativas, o que é bem relevante, pois demonstra que as medidas impostas, em conjunto com as funções atribuídas, não estão sendo impeditivos para não cumprimento de suas tarefas e sem perder de vista o que traz a Resolução nº 025/2020/CME.

Todas as atividades impressas devem ser encaminhadas com as devidas higienizações, por parte dos profissionais da educação, bem como, os pais ou responsáveis, também devem tomar os devidos cuidados na devolutiva dessas atividades, seguindo todas as recomendações da Secretaria Municipal de Saúde de Alta Floresta, e também do Ministério da Saúde. (Art. 5º- inciso IX).

8 Técnico de Desenvolvimento da Educação Infantil.

Figura 14. Gráfico sobre a importância de receber capacitação

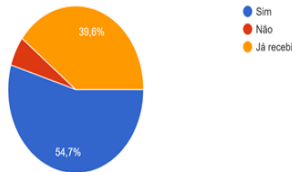
4. Considera importante receber capacitação para o uso das tecnologias, novas metodologias que a situação de aulas não presenciais necessita?
369 respostas



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Figura 15. Gráfico sobre a importância de receber capacitação sobre a pandemia

5. Considera importante receber capacitação para as medidas de prevenção ao Covid – 19 e uso de equipamentos de segurança?
369 respostas



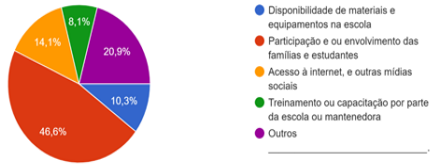
Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Ao serem questionados sobre capacitação sobre medidas de prevenção ao contágio da COVID – 19 e capacitação para uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC), 83,7% afirmaram ser importante, visto que as aulas não presenciais e/ou ensino remoto requer o uso dessas ferramentas tecnológicas e, na possibilidade de retorno às aulas presenciais será de grande relevância a manutenção de um ambiente seguro para todos pondo em prática todas as medidas de prevenção ao coronavírus (Figuras 14 e 15).

De posse das informações provenientes dessas respostas descortinou-se a necessidade de promover junto aos profissionais do SISMEN/AF em parceria com outros setores, um programa e/ou proposta de capacitação a eles.

Figura 16. Gráfico sobre a dificuldade encontrada no desempenho da função

6. Qual a principal dificuldade encontrada no desempenho de sua função?
369 respostas



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

Os profissionais responderam que a maior dificuldade encontrada, está na dedicação e/ou envolvimento das famílias e estudantes (46,6%), talvez esse alto percentual esteja ligado ao fato de ser esta uma experiência imposta de modo repentino, além de que os familiares, em sua maioria, estão em suas funções cotidianas, não podendo acompanhar os filhos no desenvolvimento das atividades que acontecem, normalmente no horário que estariam em sala de aula. Foi mencionado por 14,1% dos entrevistados, que têm problemas em acessar à internet, pois é fato que esta, ainda não está disponível em todos os domicílios, principalmente nos lares dos alunos de escolas públicas e/ou quando têm nem sempre é compatível para transmissão de vídeos e áudios com qualidade. Neste sentido, ao analisar sob uma perspectiva que busca entender a conectividade do estudante ao acesso à internet, se faz necessário compreender a espacialização dos fenômenos sociais contemporâneos.

A isso o geógrafo e professor Milton Santos destaca que “A organização espacial se revela, de um lado, a partir de elementos fixos, constituídos como resultado do trabalho social. E, de outro lado, através de fluxos que garantem as interações entre os fixos. Fixos e fluxos originam as redes” (SANTOS, 2001, p.35).

Os fatores que contribuem para o não acesso às rede ou o uso insipiente, mostra que, além da questão financeira, que pode inviabilizar a aquisição de aparelhos tecnológicos (fixos) e planos de internet (fluxos), a inabilidade do manuseio das ferramentas técnicas também tornam o acesso insuficiente e completamente inadequado, como o uso desmedido das redes sociais. Nesse sentido, a localização geográfica, não raro, pode não ter cobertura dos fixos, impossibilitando, assim, os fluxos que produzem espaço.

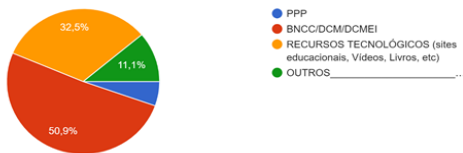
Diante do exposto, os contrastes sociais são evidenciados em momentos de crise, no qual se tem o avanço da falta de conectividade em uma sociedade cada vez mais conectada, pode evidenciar espaços desconectados ao aparato do Estado.

Por outro lado, foi citada por 10.3% dos profissionais, a falta de material de apoio às atividades nas escolas, que não estavam preparadas para o cenário atual, e em se tratando de escolas públicas, tem como agravante a burocracia e a falta de recursos para compras emergenciais de equipamentos e materiais para tal fim. Obteve-se ainda, 20.9% de respostas que apontaram outras dificuldades não detalhadas, mas que demandam atenção por se tratar de alto percentual.

Outro fato observado é que a maioria dos profissionais (55.3%) está realizando suas atividades de planejamento nas escolas, sendo assim há grande quantidade de profissionais se deslocando de suas casas. Restou saber qual motivo desse deslocamento, mas pressupõe-se que esteja ligado à falta de material, internet e até mesmo pela insegurança e falta de capacitação para realização dessas novas atividades individualmente, como foi citado em respostas anteriores.

Figura 17. Gráfico sobre as principais referências utilizadas pelos docentes no planejamento

7. Na elaboração das atividades não presenciais, quais referenciais você (Professor) utiliza no seu Planejamento?
369 respostas



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

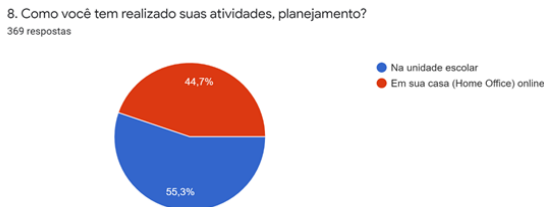
A utilização da BNCC/DCM/DCMEI/AF⁹ para elaboração das atividades foi citada (Figura 17) por 50.9% dos profissionais, enquanto 32.5% se apoiam em recursos tecnológicos, mostrando que esse percentual busca novas

9 Base Nacional Curricular Comum - Diretriz Curricular Municipal. - Diretriz Curricular Municipal da Educação Infantil de Alta Floresta-MT.

formas de ensino aprendizagem, apoiado nas metodologias propostas para atualidade, que requer muita dedicação do profissional na busca de desenvolvimento de novas habilidades de ensino.

O local de desenvolvimento de suas funções tem sido realizadas nas unidades escolares 55,3% e 44,7% em Home Office (Figura 18), as atividades realizadas em casa não recebem nenhum subsídio dos gastos ou amparo nesta modalidade.

Figura 18. Gráfico sobre o local de realização das atividades



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

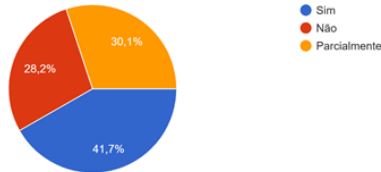
Além disso, foi realizada uma pergunta pessoal “Em sua opinião o que é necessário para o retorno das aulas presenciais, com segurança dos estudantes, familiares e profissionais da Educação?”

Esta pergunta foi aberta, assim as respostas foram agrupadas por semelhança, sendo que a maioria indica a necessidade de tomar todas as medidas sanitárias de higiene e cuidados com as pessoas (funcionários da escola e estudantes) e com o ambiente escolar. Que os órgãos públicos garantam suporte para os servidores. Que os servidores tenham qualidade nos trabalhos prestados aos estudantes, que sejam organizadas as turmas em rodízio, reduzindo assim, o número de alunos em sala, que seja ofertado capacitação para as medidas de prevenção e contaminação com o covid -19.

Outros concordam que somente após acabar a Pandemia e ter a vacina aprovada é que estarão seguros para o retorno presencial das atividades escolares, especialmente na Educação Infantil. Também indicam à gestão municipal a testagem rápida de maior número de pessoas e que os profissionais das escolas tenham a garantia de receber equipamentos de segurança individual para prevenção.

Figura 19. Gráfico sobre hipóteses de um possível retorno

10. Considerando que as aulas retornassem no segundo semestre de 2020 e que a escola tomaria as medidas de higienização e prevenção, de acor...cê se sente seguro para desempenhar sua função?
369 respostas



Fonte: Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, 2020.

2.2 DOS ENCAMINHAMENTOS PÓS-RESULTADO DA AVALIAÇÃO

De acordo com o Guia para Conselhos em tempo de Pandemia da UNCME que reúne orientações sobre o papel dos Conselhos no atual cenário e elenca as principais questões da educação afetadas na Pandemia e as perguntas que devem orientar o trabalho dos CMEs, sempre que possível próximo e articulado com as Secretarias Municipais de Educação e, promovendo de forma permanente e criativa a participação de todos os atores da Educação: professores (as), famílias, estudantes, diretores, gestores, funcionários.

O CME divulgou o resultado desta pesquisa aos Conselheiros de Educação, Escolas, Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público e outras instituições para conhecimento e tomada de decisão futura e, sobremaneira dar novas orientações às escolas.

E ainda com objetivo de acompanhar e avaliar as atividades e/ou aulas não presenciais, foi realizada uma reunião com os coordenadores pedagógicos das escolas pertencentes ao SISMEN/AF com o objetivo de ouvir as experiências de cada um e suas expectativas para a possibilidade de continuar ou não as aulas presenciais no segundo semestre, entretanto foi publicado em 24 de julho 2020 o Decreto Municipal N.º 123 que altera os Decretos Municipais n.º 049/2020 e 084/2020 que trata da ampliação da suspensão das aulas presenciais como medida temporária e emergencial de prevenção de contágio pelo Coronavírus com a seguinte medida:

Ficam suspensas até 31 de dezembro de 2020 as atividades escolares presenciais da educação infantil e de ensino fundamental, médio e superior, bem como as atividades que envolvam aglomeração de crianças e adolescentes. (Art. 3º).

Diante desta medida, a SME/AF solicitou ao CME fazer alteração da Resolução 025/2020, seguindo novas legislações educacionais publicadas a partir de maio.

À luz do Conselho Nacional de Educação (CNE) a comissão atualizou a Resolução Normativa nº 025/2020/CME/AF de maio do ano corrente, regulamentando a reorganização do Calendário letivo 2020 e a oferta de atividades não presenciais nas Escolas do Sistema Municipal de Ensino de Alta Floresta-MT, devido à suspensão das aulas presenciais desde o último 23 de março do ano corrente pela decretação de PANDEMIA da COVID-19.

Esta Resolução no artigo 9º, inciso I limita o máximo de 25% dos dias letivos (50 dias), para aulas não presenciais, como forma de resguardar a carga horária mínima anual de aulas presenciais (150 dias), totalizando os 200 dias letivos.

A Comissão novamente se reuniu para leitura do Parecer nº 09 e 011 de 2020 do Conselho Nacional de Educação que trata da temática, a Resolução nº 003/2020 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, o Decreto Municipal nº 123/2020.

Com isso foram realizadas as adequações do documento, atendendo o que a realidade exige e, ainda justifica a decisão da Comissão em regulamentar até o fim de 2020 as atividades não presenciais ou aulas remotas no município de Alta Floresta, devido não ter alternativa segura e os prejuízos com a suspensão destas atividades não presenciais no segundo semestre serem maiores do que dar continuidade no processo já iniciado nas escolas do SISMEN/AF no início de maio.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi com o intuito do que preconizam as palavras do Guia de Conselhos da UNCME, quando diz que:

Os conselhos são órgãos do sistema de ensino

responsáveis por zelar pela legislação educacional. Cabe aos conselhos regulamentar, fiscalizar e propor medidas para melhoria das políticas educacionais em cada município. A sociedade civil, representada no conselho, torna-se ativamente vigilante na defesa dos direitos de cada criança e adolescente, jovens e adultos a uma educação de qualidade e na observância dos regulamentos e leis municipais, estaduais e federais relacionadas ao processo educacional. Cabe aos conselheiros sempre que possível em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, facilitando e garantindo a participação de toda a comunidade escolar [...]. São com esses princípios, também, que os conselhos municipais de educação devem se colocar na reorganização dos calendários escolares pós-pandemia, por serem porta-vozes da sociedade nesse contexto adverso. (Guia de Conselhos da UNCME).

Que o Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta, como órgão normatizador e mobilizador, fazendo uso de sua autonomia enquanto Sistema Municipal de Ensino, neste momento de tomada de novas decisões procurou estabelecer relações de liderança proativa com os gestores e educadores para oferecer orientações seguras e coerentes para a comunidade escolar e, no gerenciamento do processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes nas aulas não presenciais.

A oferta do ensino não presencial no SISMEN/AF terá continuidade, pela necessidade e, tendo com base na pesquisa realizada que apresentou um resultado considerável de aprovação desta nova metodologia de ensino em tempos de Pandemia, visto que 75% dos (1.765) questionários respondidos pelos pais consideraram como ótimo ou bom às aulas remotas e ou atividades impressas enviadas pelas escolas aos estudantes. E cerca de 90% dos profissionais da Educação afirmaram que estão conseguindo desenvolver suas funções.

E, mesmo com todas as dificuldades encontradas pelas escolas e famílias, as aulas remotas com atividades não presenciais ainda são a alternativa mais segura que se tem condições de ofertar neste momento de Pandemia.

REFERÊNCIAS

ALTA FLORESTA. Resolução nº 025/2020 – CME/AF/MT de 05 de maio de 2020. Dispõe sobre as normas a serem adotadas pelas instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Alta Floresta/ MT, enquanto perdurar as

orientações sanitárias sobre a situação de Pandemia pelo COVID-19 (Coronavírus) e reorganização do calendário escolar. Disponível em: www.tce.mt.gov.br/diario/preview/numero_diario_oficial/1906.

ALTA FLORESTA. Decreto Municipal nº 123/2020 de 24/07/2020. Altera os decretos municipais nº 049/2020 e 084/2020, em relação à ampliação da suspensão das aulas presenciais como medida temporária e emergencial de prevenção de contágio pelo coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.altafloresta.mt.gov.br/>. Acesso em 11.08.2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 934/2020 de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 11.08.2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP 05/2020 de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em 11.08.2020.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. Um guia para Conselheiros Municipais de Educação. Educação em tempos de Pandemia, direitos, normatizações e controle social. UNCME. Disponível em: www.uncme.org.br. Acesso em 26.06.2020